

REVISTA REDAÇÃO	25
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 14/07/2013

A nova juventude católica brasileira (RODRIGO CARDOSO e JOÃO LOES)

O jovem fiel que receberá o papa no Brasil não se dedica mais só à espiritualidade. Ele defende uma agenda social, quer acabar com a pobreza e discute tabus



UNIÃO- A chegada da Cruz Peregrina ao Rio para a Jornada Mundial da Juventude, que vai reunir 2,5 milhões de pessoas: a formação humanística do papa casa com os anseios dos jovens

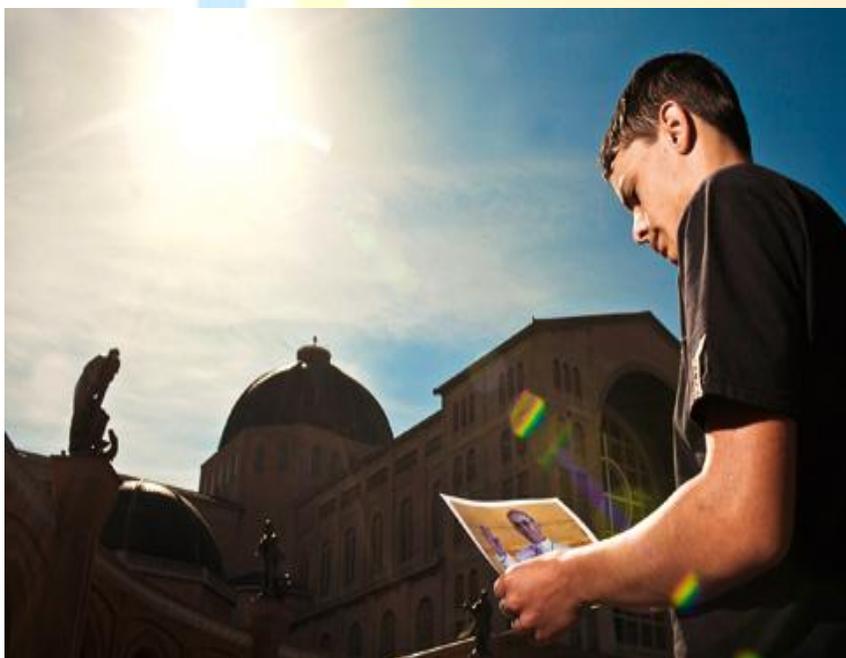
NA PRÓXIMA semana, o papa Francisco irá desembarcar no Brasil e dirá, em Aparecida e no Rio de Janeiro, o que o catolicismo espera dos jovens. O pontífice encontrará no País, durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), que acontece entre os dias 22 e 29 deste mês, fiéis diferentes dos encontrados pelos dois últimos papas. Após um longo período de preponderância da experiência religiosa individual, ganha impulso agora o engajamento social. Com suas bandeiras e expectativas de transformações nas áreas de saúde e educação, respeito às diferenças, diminuição da violência e fortalecimento de uma economia mais solidária, a nova juventude católica brasileira busca eco na palavra do papa que prega a humildade e o amor ao próximo.

“O jovem, agora, quer saber mais da sua Igreja, procura uma que o escute e o ajude na formação religiosa e humana dele”, diz o paulista Leonardo Cavalcante, 23 anos, que estará na Jornada. O papa Francisco está informado sobre a juventude brasileira. Na Semana Santa, autoridades religiosas do País estiveram em Roma e entregaram a ele uma edição especial da revista “Jovens Conectados”. ISTOÉ teve acesso ao trabalho. Por meio dela, o pontífice pôde conhecer o funcionamento da maioria das cerca de 60 comunidades de evangelização da juventude de expressão nacional. As manifestações organizadas por estudantes em junho também ressoaram no Vaticano. A cúpula da Igreja modificou trechos dos discursos de Francisco para o evento no Brasil. Aqui, o pontífice deverá dialogar e apontar caminhos para a juventude que quer se alimentar na palavra de Deus não apenas para cuidar da espiritualidade, mas para ajudar a mudar o mundo, exatamente como faz Cavalcante. Aluno do curso de engenharia de gestão em uma faculdade pública do ABC paulista, ele, hoje, segue a linha jesuíta de reflexão e ação – a mesma do papa – depois de também ter frequentando grupos de oração da Renovação Carismática, denominação de cunho mais festivo, que esbanja alegria, canta e agita os braços em celebrações. A atuação do universitário agora é voltada para a denúncia do que está errado e para a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.



TRANSFORMAÇÃO - Fiéis de todo o Brasil irão para a Jornada: jovens querem agenda mais social

O jovem estudante, que pertence à pastoral universitária, viajou para a Argentina (três vezes) e para o Chile, para promover o bem e a igualdade em comunidades carentes por meio de um projeto chamado Mãos à Obra. Fez o mesmo aqui no Brasil. O trabalho funciona da seguinte forma: um grupo de universitários desembarca em um local onde a pobreza impera e ali eles colocam suas habilidades profissionais em prática, construindo e reformando bibliotecas e paróquias, ministrando palestras sobre saúde e direitos humanos ou realizando consultas odontológicas. "A juventude quer colocar mais a mão na massa, mostrar que pode transformar o mundo", diz ele, que é colaborador voluntário do setor universidades da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



EXPECTATIVA- No Santuário de Aparecida, visitantes já encontram imagens do papa nas lojas de souvenir

Atualmente, o jovem católico que quer transformar a sociedade está ligado à Pastoral da Juventude (PJ), majoritariamente, e também às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As CEBs eram o único espaço viável para quem tinha uma ação política e social entre os anos 1960 e 1980, mas perderam importância nos dois últimos pontificados e com a redemocratização do País. Agora, à luz dessas novas demandas dos fiéis, elas ganham impulso. Segundo a CNBB, em 1995 havia 70,5 mil comunidades eclesiais em funcionamento no País. Com o crescimento do número de paróquias, o número de CEBs saltou para 107 mil. Os irmãos paulistanos Pedro Romero, 16 anos, e Taynah Romero, 20, são exemplo disso. A mãe deles teve sua formação religiosa dentro da CEB do bairro do Belém, na zona

leste de São Paulo, onde havia grande envolvimento de leigos e uma ampla agenda social. Hoje, eles também participam da CEB, mas dão vazão aos desejos de engajamento, sobretudo a partir do que propõe a PJ. Nos encontros dos quais participam, eles discutem assuntos como família, educação e segurança e traçam estratégias para que suas demandas sejam ouvidas e colocadas em prática. "Fomos às manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) e apresentamos uma de nossas bandeiras – a rejeição aos projetos de redução da maioria penal", explica Taynah. "Vamos além da espiritualidade."

Priscila Naves, 21 anos, articuladora nacional da PJ Estudantil, explica que essa vontade de ir além e atuar no campo social tendo a fé como balizador moral é um dos desejos da Pastoral para todos os seus membros. "É o resultado do que chamamos de educação libertadora", diz. Essa formação começa aos dez anos, com discussões que ajudam na construção do caráter e da identidade da criança. Com o tempo e o acompanhamento da PJ, o adolescente começa a se perceber no contexto de sua família, escola, bairro, cidade e país. "Trabalhamos para que o jovem tenha uma visão crítica do mundo e que, a partir disso, proponha mudanças", explica.



ENGAJADO - "A juventude quer colocar mais a mão na massa, mostrar que pode transformar o mundo", diz Cavalcante

O fato de o papa atual ter um forte discurso social – diferentemente de seus antecessores João Paulo II e Bento XVI, época em que a Igreja concentrou forças no Vaticano e retirou poder de bispos que faziam a opção pelos pobres – casa com os anseios do jovem católico de hoje.

A pesquisa "Religião e Sociedade" publicada em 2011, na qual foram ouvidos 700 brasileiros entre 15 e 24 anos religiosamente ativos, revelou que 65,9% dos fiéis da Igreja de Roma acabariam com a miséria e a pobreza (leia quadro ao lado) se, num passe de mágica, pudessem mudar algo no País. Eles também destacaram a solidariedade como o valor mais importante para a sociedade.

Na opinião da socióloga Silvia Fernandes, coordenadora da pesquisa, atualmente a juventude busca novos caminhos de participação social que não passam necessariamente por instituições. "Mas ela pode considerá-la se estas se configuram em espaço de aceitação e realização do jovem que deseja se perceber ativo socialmente", diz ela, que é professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Está aí uma grande oportunidade para a Santa Sé recuperar prestígio e tentar conter a sangria do grupo de fiéis que representa o futuro da religião. Entre 2000 e 2010, segundo o IBGE, a população católica entre 15 e 29 anos diminuiu 7,1%.



PREPARATIVOS- Enquanto em Copacabana (acima) o palco que receberá o papa está quase pronto, em São Paulo os irmãos Pedro e Taynah (abaixo) ensaiam a participação na JMJ



O carioca Rodolfo Viana, 28 anos, crismado na catedral metropolitana do Rio de Janeiro, afastou-se do catolicismo por dois anos depois de ser praticamente expulso da Renovação Carismática, um dos 61 movimentos de evangelização da juventude computados pela CNBB. Motivo: um de seus coordenadores descobriu que Viana tinha um namorado. “Como não conseguia ser ex-gay, me tornei ex-católico”, diz. Ele só retornou à religião ao conhecer o Diversidade Católica, um grupo de gays católicos que se reúne a cada 15 dias – e que conta com a colaboração de padres e teólogos – para conciliar as identidades religiosa e sexual, numa demonstração de que tabus, como a homossexualidade, agora encontram espaço para discussão entre os fiéis. “Hoje, não sou mais vítima da Igreja, que faz parte da minha cultura e formação moral. Bater o pé e não sair do banco do catolicismo é fazer política. Do contrário, estaria me amputando”, diz Viana. O jesuíta Francisco é um papa que critica a corrupção, o neoliberalismo e defende o direito dos pobres. Adota um posicionamento de esquerda nas questões sociais. Ele sabe que ao não aceitar o livre arbítrio da juventude a Igreja deixa de evangelizar muitos fiéis. Durante a Jornada, o Diversidade Católica irá promover, na UNIRio, um encontro para que jovens católicos homossexuais contem como vivem a sua identidade religiosa. Há uma expectativa em torno do que o pontífice dirá aos jovens sobre os assuntos doutrinários, como o segundo casamento, a ordenação feminina e, principalmente, sexo. Desde o Concílio de Trento, no século XV, onde se reforçou, só para dar um exemplo, o celibato de padres, a Igreja não muda o discurso sobre a sexualidade. Conservador em temas morais, Bergoglio não deverá ousar nessa seara, segundo estudiosos.

REBANHO A SER RECONQUISTADO

De 2000 a 2010, o total de jovens católicos caiu de 35,1 milhões para 32,6 milhões. A maioria dos dissidentes se tornou evangélica ou deixou de ter religião

	2000	2010	Varição
15 a 19 anos	13,3 milhões	10,8 milhões	-18,8%
20 a 24 anos	11,8 milhões	11,0 milhões	-6,8%
25 a 29 anos	10,0 milhões	10,7 milhões	+7,0%
Total	35,1 milhões	32,6 milhões	-7,1%

Fonte: IBGE, População residente por situação do domicílio, sexo, grupos de idade e religião (2013)

Mas o argentino costuma quebrar protocolos. Já disse, inclusive, que o cristão tem de ser revolucionário, ir contra a corrente. Foi ele quem fez as pessoas voltarem novamente os olhos para o catolicismo, que se encontrava desacreditado e manchado pelos escândalos de pedofilia. Tem, portanto, grande capacidade de atrair a juventude, inquieta por natureza e, atualmente, com anseio de viver sua fé com justiça social.

O QUE PENSA O JOVEM CATÓLICO

Pesquisa mostra quais as posições e como se comportam cristãos entre 15 e 24 anos



VALORES MAIS IMPORTANTES

Em sua opinião, quais destas questões são mais relevantes para uma sociedade?*

Solidariedade	49,5%
Temor a Deus	44,5%
Igualdade de oportunidades	41%

* (Três respostas mais votadas)



COMPORTAMENTO

Qual é a sua opinião em relação ao sexo antes do casamento?

Contra	26,1%
A favor	48,8%
Não sabe/Não respondeu	25,1%

Se uma moça engravidar na adolescência, sem estar casada, qual você acha que deva ser a melhor atitude a tomar?

Sustentar a gravidez porque acha que o aborto é um crime	60,2%
Sustentar a gravidez independentemente da opinião dos pais e do namorado	31,7%
Abortar independentemente da opinião dos pais e do namorado	1,9%

Fonte: Religião e Sociedade (2011), Sílvia Fernandes (pesquisadora na Universidade da Flórida e professora da UFRRJ)

FOTOGRAFIAÇÃO: REGIO DINIZ/AG. BLOK



PRIORIDADES DE MUDANÇA SOCIAL

Se num passe de mágica você pudesse mudar qualquer coisa no seu país, o que você faria?*

Acabaria com a miséria, a pobreza	65,9%
Acabaria com a violência	60,5%
Faria com que as pessoas acreditassem mais em Deus	32,9%

* (Três respostas mais votadas)

RODRIGO CARDOSO e JOÃO LOES são Jornalistas e escrevem periodicamente para esta publicação. **Revista ISTO É, Julho de 2013.**

A camisa do Feliciano (LUIZ FELIPE PONDÉ)

NESSES TEMPOS sombrios de crise, somos obrigados a falar muito e por isso sempre acabamos falando demais. Precisamos de mais clareza, mas, como dizem por aí, a democracia é o regime do barulho, e no barulho o mais fácil é gritar "palavras de ordem", muito mais fácil para temperamentos que gozam em assembleias. Não é o meu caso, (in)felizmente.

No dia 29 de junho, aconteceu em São Paulo a Marcha para Jesus. Nela, o conhecido pastor e deputado Feliciano usava uma camisa na qual estava escrito "eu represento vocês". Claro, de primeira, entendemos que ele quer dizer que representa os evangélicos que ali estavam. Não tenho tanta certeza: tenho amigos e conhecidos que são evangélicos e estão muito longe do que Feliciano diz representar. Não podemos jogar todos os evangélicos no mesmo "saco". Mas me interessa hoje outra coisa: ele diz ser representante dos conservadores no Brasil. O conceito é complexo e pouco afeito a espíritos que gostam de falar para multidões. Mas é urgente dizer que Feliciano não representa o pensamento conservador no Brasil. Vou dar um exemplo "clichê" em seguida. Antes, vamos esclarecer uma coisa.

A tradição "liberal-conservativa", como se diz comumente em inglês, se caracteriza por uma sólida literatura quase desconhecida entre nós: David Hume (sua moral), Adam Smith, Edmund Burke, Alexis de Tocqueville, Friedrich Hayek, T.S. Eliot, Michael Oakeshott, Isaiah Berlin, Russell Kirk, Theodore Dalrymple, John Gray, Gertrude Himmelfarb, Thomas Sowell, Phyllis Schafner, Roger Scruton, entre outros. Não é à toa que matérias como a da "Ilustrada" do domingo 30 de junho falam que a Flip (poderia ter falado de qualquer outra atividade intelectual no país) é de esquerda: quase ninguém conhece a bibliografia "liberal-conservativa" entre nós, porque a esquerda mantém uma poderosa reserva de mercado na vida intelectual pública no país, inclusive tornando um inferno a vida na universidade para jovens interessados neste tipo de bibliografia.

Esta reserva de mercado intelectual e ideológica inviabiliza pesquisas e trabalhos mesmo em sala de aula. Isso faz dos jovens intelectuais interessados nessa tradição uns fantasmas invisíveis, verdadeiras almas penadas, sem corpo institucional para atuarem. Mesmos os centros financiados por bancos investem apenas na bibliografia de esquerda. Como toda visão política, os conservadores são diferentes entre si e nem sempre convivem bem com seus pares, principalmente quando saímos do livro e vamos para política partidária. Imagine alguém de uma esquerda "islandesa" sendo obrigado a engolir Pol Pot em seu clube intelectual. O pensamento "liberal-conservativo" se caracteriza por defender a sociedade de livre mercado, a propriedade privada, a liberdade de expressão e religiosa, pluralismo moral, a democracia representativa com "corpos médios" locais atuantes, uma educação meritocrática, emancipação feminina, tributação alta para grandes heranças, desoneração da classe trabalhadora, profissionais liberais e pequenos e médios empresários, Estado mínimo necessário (inclusive porque isso diminui a corrupção), saúde eficaz para a população.

E, não esqueçamos: opção liberal quanto à vida moral, cada um faz o que quiser na vida privada contanto que respeite a lei, e esta deve levar em conta esta liberdade privada. Simplesmente não existe opção partidária no Brasil para quem pensa dessa forma. Por exemplo, dizer que os conservadores queimam bandeiras do movimento negro é uma piada. Isso deve fazer Joaquim Nabuco tremer em seu túmulo, já que ele, conservador, foi um dos principais intelectuais e defensores da abolição da escravidão no Brasil.

E aí voltamos à camisa do Feliciano. Ele não representa os conservadores no Brasil, a começar porque é alguém que mistura religião com política. Deixe-me esclarecer uma coisa (vou usar um tema "clichê"): sou conservador e sou contra o projeto da cura gay e a favor do casamento gay. E aí, esquerda: vamos conversar? Vamos parar de se xingar e sentar numa tábua redonda e discutir o Brasil?

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Virtude da polidez (ROSELY SAYÃO)

UMA PESQUISA publicada em portais de notícias chamou minha atenção. Por meio dela, fiquei sabendo que diretores de recursos humanos de 19 países, entre eles o Brasil, consideram que a maioria dos profissionais não se veste de forma adequada para o trabalho.

O interessante é notar que a média brasileira é maior do que a geral nessa questão: 9% é a média mundial dos diretores que afirmaram ver profissionais malvestidos com muita frequência e 42%, a média dos que viram o fenômeno ocorrer com certa frequência. No Brasil, os índices registrados foram de 22% e 54%, respectivamente. Essa notícia me lembrou algumas situações semelhantes que já acompanhei no espaço escolar. Por exemplo: não é raro o constrangimento de coordenadores e diretores quando notam que professoras, principalmente da educação infantil, vão para o trabalho com calças de cintura baixa. Como as professoras sentam-se no chão regularmente com seus alunos, acabam deixando descobertas partes do corpo que deveriam estar protegidas do olhar do outro nesse tipo de situação.

E criança pequena não perdoa: "Mãe, eu vi o cofrinho da professora hoje!", disse em altos brados um garoto de quatro anos assim que sua mãe chegou para buscá-lo. O curioso é que coordenadores e diretores não sabem muito bem como conversar com os professores a esse respeito. Do mesmo modo, gestores escolares também não sabem como agir quando

alunas do ensino médio vão para a aula excessivamente maquiadas e com roupas com decotes generosos, justas e curtas. Definir uniforme? Proibir certas roupas? Fazer o quê? A esse tipo de comportamento somam-se outros. Um exemplo é quando alunos de oito, nove anos, em plena aula, se distraem por intermináveis minutos com o dedo no nariz. Novamente, professores ficam constrangidos e não sabem se devem ou não interferir.

A questão permanece em aberto sem uma boa solução, até agora, para as escolas que enfrentam esses tipos de problema. Por que elas não pensam em debater a questão com docentes e alunos à luz do conhecimento? Essas situações me levaram de volta à leitura deliciosa de um livro que li pela primeira vez há uns dois anos: "A História da Polidez", de Frédéric Rouvillois. A polidez, mesmo sendo considerada por muitos autores como uma virtude menor quando comparada a outras, é necessária para a boa convivência social, além de ser a porta de entrada para as chamadas grandes virtudes.

A Revolução Francesa foi um marco na transformação de comportamentos sociais; hoje, com a existência de celulares, da internet e de uma informalidade radical nos relacionamentos interpessoais, tanto familiares quanto públicos, as normas da boa educação mudaram mais ainda. Entretanto, nos resta uma boa pergunta: e a polidez no sentido de civilidade, ou seja, no que se refere à boa convivência, ao respeito ao outro, a quantas anda? Famílias e escolas têm se ocupado dessa questão na educação dos mais novos?

Certamente ganhamos muito com a transformação das rígidas e precisas regras de etiqueta que já tivemos de atender. Mas a reclamação constante de barulho, do desrespeito de regras básicas de trânsito, da grosseria no trato interpessoal nos apontam a necessidade de rever a educação para a virtude da polidez.

As escolas, por exemplo, poderiam abrir a discussão com seus alunos sobre a adequação das vestimentas em situações diversas, só para voltar ao assunto do início de nossa conversa. E uma boa provocação inicial poderia ser a letra da música "Com que roupa?", de Noel Rosa.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. Escreve às terças na versão impressa de "Cotidiano". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

O partido da aventura (CONTARDO CALLIGARIS)

NOS ANOS 1970, na Itália, "il partito dell'avventura" era o golpismo que queria desestabilizar a democracia. De que forma? Insuflando os peitos da classe média com inquietudes e medos abstratos. Uma indignação generalizada (sem alvos muito específicos e circunscritos) e a sensação de insegurança (produzida pelo terror) levariam o povo a recusar o sistema no seu conjunto: a rua exigiria a renúncia do governo, o fechamento do Parlamento e o fim de partidos e sindicatos.

Se esses pedidos se impusessem, tínhamos que a porta se abrisse para "aventuras" políticas imprevisíveis e (argumentávamos, baseando-nos na história recente) totalitárias: nostalgias fascistas ou sonhos stalinistas. No retrospecto, estranho a facilidade com a qual parecíamos menosprezar a perspectiva da "aventura". Certo, as indignações generalizadas geram um futuro incerto, que ninguém sabe no que dará e que talvez dê em algo perigoso. Mas é curioso que a aventura, com sua promessa de mudanças radicais, não nos seduzisse nem um pouco. Seja como for, estamos, hoje, num momento bom para o partido da aventura. Imagine uma pesquisa nacional que colocasse, em qualquer ordem, por exemplo, as perguntas que sequeuem.

Primeiro, sobre o Legislativo. Você quer que os nossos representantes parem de usar os aviões da FAB como táxi aéreo? Quer que eles possam ser eleitos só por um mandato? Quer que eles tenham um regime de INSS igual ao de todo mundo? Quer que eles sejam obrigados a recorrer exclusivamente aos serviços públicos de educação e saúde (pela qualidade dos quais, afinal, eles são responsáveis)? Você quer que eles não possam decidir os aumentos de seus próprios salários e mordomias? Enfim, você aceitaria que o Parlamento fosse fechado, e que novas eleições fossem convocadas, em que nenhum representante atual pudesse ser candidato?

Logo, o Executivo. Você acha que os ministérios existem como objetos de barganha política mais do que por necessidade de governo? Quer que o governo corte pela metade seus 39 ministérios? Você gostaria que o governo renunciasse e alguém de reputação ilibada, sem disposição para compromissos e negociatas, tomasse as rédeas do poder? Não inventei nenhuma dessas perguntas. Cada uma delas está (com muitas outras) em vários e-mails que recebi nas últimas semanas. Talvez uma pesquisa desse tipo seja por si só uma "aventura" perigosa: se a resposta majoritária fosse positiva, a desmoralização da classe política inteira seria brutal. Não tenho nenhuma simpatia pela ideia de uma figura salvadora providencial - Collor foi eleito com essa imagem, e olhe no que deu.

Por outro lado, desconfio de qualquer ordem estabelecida que tente se manter e se legitimar chantageando-nos com o espantinho de um futuro incerto: aceite a gente e as coisas assim como estão ou prepare-se para o risco da "aventura", ou seja, "depois de nós, o dilúvio". Dizem que sem partidos e sem Parlamento não há democracia; será? Apenas 240 anos atrás, quando a revolução americana inventou a república moderna, o mundo inteiro dizia que sem rei não haveria governo possível.

Numa entrevista publicada na **Folha** de segunda (8), um sociólogo italiano, Paolo Gerbaudo, citando Gramsci, falou dos "sintomas mórbidos" que aparecem no "interregnum", "quando um sistema de poder está em colapso, mas seu sucessor ainda não se formou". São "fenômenos estranhos, criaturas monstruosas e difíceis de serem decifradas. Hoje, as criaturas

estranhas são esses movimentos populares". Um exemplo dessas criaturas? Depois da Primeira Guerra Mundial, as massas italianas e alemãs que se lançaram na "aventura" do fascismo, do nazismo e da Segunda Guerra. Note-se que nem todos os sintomas mórbidos levam a um desfecho sinistro. Ao longo da história, houve "aventuras" que acabaram bem. Mas entendo o olhar atônito do governo e do Parlamento, pois a questão é saber para quem a aventura em curso acabará bem.

Pode ser que, aos poucos, as manifestações populares se acalmem. Mas talvez algo irreversível tenha acontecido: uma desconfiança, que existia há tempos (se não desde a origem do país), agora se tornou exasperação. E a exasperação é quase sempre um prelúdio. Ao quê? Seria sábio ter medo? Uma coisa é certa: a responsabilidade pela eventual "aventura" de hoje não é das massas exasperadas, é de quem as encurralou até a exasperação.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

O vestibular sumiu. E agora? (MALU FONTES)

A UNIVERSIDADE Federal da Bahia (UFBA) decretou a morte do vestibular, o bicho-papão que atormentou a vida escolar e o imaginário de dezenas de gerações de universitários baianos, principalmente daqueles que nunca conseguiram ingressar numa universidade pública. A partir de 2014, todas as 4.282 vagas de graduação da UFBA serão preenchidas através das notas obtidas no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) por alunos de todo o país. Com isso, os candidatos de Salvador e da Bahia disputarão as mesmas vagas com candidatos de todo o país. Pelo Sisu, nenhum candidato precisa se deslocar de seu estado para realizar a prova, o que aumenta em muito o número de concorrentes, já que não se gasta com viagem.

Entretanto, o que num primeiro instante pode parecer uma maravilha para quem sempre teve pavor do vestibular e acha que agora vai navegar em mares tranquilos, outros elementos entraram em cena. Primeiro, a complexidade da prova do ENEM, cuja lógica e filosofia de avaliação são completamente diferentes dos formatos para os quais muitas das escolas tradicionais de Salvador treinavam a custo de ouro seus alunos desde as mais tenras séries. Os professores show men, com suas formulazinhas rimadas para facilitar a decoreba, agora estão no sal. Outros aspectos importantes e que faziam diferença entre um aluno baiano e o de outro estado disputando entre si uma vaga na UFBA eram os conteúdos culturais regionais, sobretudo ancorados na literatura e filmografia locais. Agora, adeus a essas especificidades. Estão mortos e cremados.

Há ainda outros aspectos muito pouco tocados, não merecedores até agora de uma linha sequer na imprensa: os cotistas vindos das escolas públicas de Salvador e da Bahia - e vamos nos poupar do óbvio de dizer a quantas anda tocando a banda educacional por essas plagas - não mais disputarão suas vagas com o aluno do Odorico Tavares, da escola do subúrbio ferroviário há meses sem professor de química ou física ou com os alunos do interior do estado, mas com alunos de rede pública de estados cujo ensino é muito melhor que o nosso, o que, diga-se de passagem, não é lá algo difícil de conseguir. E para não dizer que também não se falou dos potenciais prejuízos dos privilegiados, as listas e rankings das melhores escolas privadas do Brasil têm mostrado que mesmo as melhores - e mais caras - escolas de Salvador fazem feio quando emparelhadas com as melhores do Sul e do Sudeste. Neste caso, merecem aplausos duas escolas privadas de Feira de Santana, entre as melhores do país.

O último elemento que deve incomodar uns, agradar a outros, mas, certamente mudar a paisagem humana e a diversidade na UFBA, é a forasteirização da universidade, como já ocorre com outras universidades públicas do Norte e Nordeste que aderiram ao Sisu. Exemplo disso se deu na Paraíba e em Pernambuco, onde o índice de vagas ocupado por alunos de outros estados e outras regiões do país não chega hoje a ser exatamente objeto de elogio. É muito cedo para ver o desenho humano que o Sisu/ENEM esboçará na UFBA. Para uns, há o risco das universidades regionais perderem exatamente aquilo que têm de mais importante para contribuir: os investimentos em projetos locais. Para outros, algo mais arriscado: o risco dos forasteiros, mais bem formados por modelos escolares desde há muito melhores que o baiano, abocanharem legitimamente as melhores e mais disputadas vagas das universidades regionais, deixarem os cursos menos prestigiados para os nativos e, uma vez graduados ou pós, arrumarem as malas com o Lattes dentro e darem tchau para bater ponto em seus estados de origem.

MALU FONTES é Doutora em culta, Jornalista e professora da UFBA. Escreve, quinzenalmente, para esta publicação. **Jornal CORREIO, Junho de 2013.**

Facebobos (SÉRGIO DÁVILA)

EDITORIAL - A "grande mídia" mundial é hoje dominada por empresas como Facebook, Google e Twitter e subprodutos como Instagram, Skype e YouTube. Juntas, elas faturaram pelo menos R\$ 120 bilhões só nos EUA em 2012 -- ou cerca de três vezes o que movimentou no mesmo período o mercado publicitário brasileiro inteiro.

Sim, volto ao tema da coluna passada. É que, no mesmo dia em que eu escrevia que o Facebook é pouco transparente, o jornal "O Globo" publicava reportagem mostrando que o Brasil é um dos alvos da espionagem dos EUA, aquela que, segundo o "Guardian", usa o programa Prism para acessar contas do... Facebook. Essas empresas são cada vez mais poderosas e tentaculares, com lobistas nos Legislativos e Judiciários do mundo inteiro - inclusive no Brasil. Ainda assim, pela novidade tecnológica e por contarem com um marketing muito bem feito, são vistas por seus usuários como operações amadoras tocadas por idealistas.

Sorte delas. O problema é que são empresas de práticas duvidosas e espinha dorsal gelatinosa. Quando instadas pelos governos, como ocorreu recentemente nos EUA, abrem acesso a dados de seus usuários do mundo inteiro --inclusive do Brasil. A Microsoft, hoje dona do Skype, chegou a ajudar os arapongas a quebrar seu próprio bloqueio para um acesso mais rápido. Esse tipo de solicitude não é novidade. Na China, por exemplo, o Google censurou das buscas termos considerados indesejáveis pelo governo local. Em troca, pode continuar no país.

Imagine o escândalo se o "New York Times" fizesse acordo semelhante: seus correspondentes poderiam ficar em Pequim, desde que as reportagens que escrevessem não fossem críticas ao governo chinês. Ou se o jornal passasse dados de seus assinantes para a CIA. Pois é o que aconteceu e acontece na nova "grande mídia". Enquanto isso, atualizamos nossos status, curtimos e compartilhamos.

SÉRGIO DÁVILA é editor-executivo da **Folha**. Foi correspondente nos EUA, onde cobriu os atentados de 11 de setembro e a eleição de George W. Bush. Também esteve na Guerra do Iraque. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Quando poderemos dispensar o carro? (JAIRO BOUER)

JOVENS tirando carta mais tarde. Menos quilômetros rodados em veículos particulares. O carro deixando de ser um ícone do desejo para o jovem. Parece ficção? Não é. Uma reportagem publicada no jornal americano *The New York Times* diz que isso está acontecendo, sim!

Segundo o jornal, mesmo descontadas a recente recessão americana e a perda do poder de compra, o jovem tem mostrado menos interesse pelo carro. Mais tempo na internet, contato com os amigos no ambiente digital e consciência ecológica ajudam a explicar o fenômeno. O jornal levanta a hipótese de que esse comportamento pode ser um indicador do desinteresse do carro para todas as gerações no futuro. Essa moda pega por aqui? É possível frear esse consumo num país em que, mesmo em crise, a venda de veículos não para de crescer?

Tenho dividido meu tempo entre duas cidades. Em São Paulo, o carro mal sai da garagem. Com dois anos de vida, ele tem pouco mais de 2.000 quilômetros rodados. Como muitos outros, optei por deslocamentos a pé. Minha casa fica perto do trabalho e das áreas de lazer que frequento. Uso transporte público e, eventualmente, táxi quando as saídas são à noite. Isso resolve a questão de não guiar depois de beber. O uso do meu carro se tornou eventual, quase esporádico. Mas carro parado, mesmo sem combustível, custa caro. Impostos, seguro e taxas logo me convencerão, como a muitos outros brasileiros, de que o custo não compensa um eventual conforto.

Em Florianópolis, na contramão da tendência verificada em alguns grandes centros urbanos, viver sem carro é bem mais difícil. Distâncias maiores, transporte público mais precário, ausência de metrô ou trens de superfície, custo alto do táxi em grandes deslocamentos, falta de segurança para o uso de bicicleta (como na maior parte das cidades brasileiras) fazem do veículo um objeto necessário. Não é à toa que, na última década, o trânsito se tornou caótico onde não era - em boa parte das cidades médias do país. Trajetos que há uma década eram feitos em 15 minutos viraram aventuras de mais de uma hora.

No último mês, me desloquei em horários complicados por outras cidades grandes, como Brasília, Rio, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Recife. Todas param no rush. Em São Paulo, não tem mais horário complicado. É sempre complicado (até aos sábados e domingos). Isso ocorre mesmo com o rodízio, que tenta tirar das ruas 20% da frota, nos picos de movimento, durante a semana. Com muito carro, pouco espaço, escassas alternativas de transporte público e baixo investimento em ciclovias, a mobilidade se tornou uma das grandes questões urbanas desta e das próximas décadas.

JAIRO BOUER é médico e colunista desta publicação. **Revista ÉPOCA, Julho de 2013.**

Brasil: a paixão pode esperar? (CARL MEACHAM)

QUANDO pensam no Brasil, os norte-americanos não costumam associá-lo a protestos. Futebol e Carnaval dominam. Imagine, portanto, a surpresa diante das imagens de manifestações maciças, algumas das quais violentas, realizadas no Brasil nos últimos 30 dias. Os norte-americanos contemplaram chocados o desenrolar dos atos.

Nos momentos mais intensos, viram policiais lançando armas nas fogueiras dos manifestantes e aderindo ao movimento e o vídeo de uma jovem pedindo a atenção dos norte-americanos às suas demandas. A ampla dispersão dos protestos e a diversidade demográfica dos participantes despertaram a atenção dos norte-americanos para as preocupações dos brasileiros. Provaram ser muito mais amplas que apenas o custo do transporte público. Tendo contemplado um Brasil

alardeado como história de sucesso sul-americana, destinado a exibir suas realizações ao mundo em sua função de anfitrião das próximas Copa e Olimpíada, os norte-americanos estão confusos.

Hoje, o Brasil se parece mais com o Chile, cuja ascensão fiscal e econômica na década passada ocorreu à sombra de um movimento de protestos - e eles continuam, apesar de períodos de pausa. O que o movimento de protestos chileno nos ensinou é que o crescimento não é uma panaceia para os problemas de um país. Embora o sucesso econômico de um Estado permita que seu governo enfrente desafios domésticos, esse mesmo sucesso intensifica as pressões para que líderes realizem bem seu trabalho.

No Brasil, essa pressão se traduziu em demanda por serviços de boa qualidade para todos. Como no Chile, o sucesso econômico despertou expectativas quanto à capacidade do governo para servir os cidadãos. E porque o governo canalizou bilhões de dólares às instalações para a Copa do Mundo e a Olimpíada, a indignação pela lentidão do governo em usar esses recursos para melhorar as escolas e expandir seus programas sociais se multiplicou. Em certo sentido, portanto, o Brasil é vítima de seu sucesso. Mesmo com a perda de ímpeto, porém, resta pouca dúvida de que os brasileiros continuarão a exigir que as necessidades expressas nesses protestos sejam atendidas.

Desde o início da mobilização, o índice de aprovação de Dilma caiu de 51% para 30%. Enquanto isso, um movimento no seio do PT pede o retorno de Lula - ainda que ele dificilmente possa ser visto como solução. E a despeito de seu esforço por promover mudanças em resposta à demanda dos manifestantes, a inquietação social tornou menos seguro o caminho de Dilma para um segundo mandato.

O jogo apaixonado da seleção contra a Espanha na final da Copa das Confederações serviu de símbolo à poderosa transformação no Brasil. Enquanto os jogadores cantavam entusiasmadamente o hino nacional e corriam à beira do campo para abraçar a torcida a cada gol, o mundo pode ver um time orgulhosamente unido à torcida. A solidariedade era palpável. O que Dilma sem dúvida sabe - e os manifestantes muitas vezes esquecem - é que mudança política e social é inevitavelmente um processo gradual. Mas será que as demandas dos brasileiros podem esperar?

CARL MEACHAM é diretor do Programa das Américas no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS). Tradução de **PAULO MIGLIACCI**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

A Copa e o Brasil (PEDRO TREGROUSE)



O PIB do Brasil é de R\$ 4,4 trilhões e todos os investimentos previstos na Matriz de Responsabilidades da Copa, que congrega as obras que o governo julga relevantes para a realização do evento, estão na ordem de R\$ 25 bilhões.

O montante é destinado às mais diversas áreas prioritárias de infraestrutura e serviços, como, por exemplo, aeroportos, mobilidade urbana, segurança, turismo, saúde e telecomunicações. É evidente que não houve contingenciamento no orçamento público noutras áreas em razão da Copa. O PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), por exemplo, investiu R\$ 557,4 bilhões em infraestrutura até junho deste ano.

E, embora ainda aquém dos padrões recomendados pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os recursos aplicados em educação e saúde quase triplicaram nos últimos dez anos, com os investimentos em políticas sociais chegando a R\$ 656 bilhões em 2012. A rigor, no que diz respeito à Copa, essencial mesmo são os estádios, cujos custos totais estão em R\$ 7 bilhões, divididos em R\$ 3,7 bilhões financiados pelo BNDES, R\$ 2,7 bilhões a cargo dos governos locais e R\$ 612 milhões em investimentos privados. São nove estádios públicos e três privados. Ainda assim, considerando que os financiamentos do BNDES devem ser pagos pela operação privada das arenas, os investimentos públicos diretos representam menos de 40% do total.

E mais. Não é verdade que estejam mais caros que nas últimas Copas. O estádio mais caro do Brasil custou pelo menos três vezes menos que Wembley e, segundo estudo de uma ONG dinamarquesa, os custos médios por assento no Brasil estão no mesmo patamar de US\$ 5.000 que Japão, Coreia e África do Sul, pelo menos 20% menores do que Green Point e Sapporo Dome, por exemplo. Os novos estádios serão muito mais utilizados pelo futebol brasileiro do que pela Fifa. Conforme dados da Fundação Getulio Vargas (FGV), o futebol hoje movimenta R\$ 11 bilhões por

ano e gera 370 mil empregos no Brasil. Mas poderia movimentar R\$ 62 bilhões por ano e gerar 2 milhões de empregos, principalmente com a modernização dos estádios e ajustes no calendário, gestão e governança dos clubes. Com ou sem Copa, já valeria a pena investir nos estádios brasileiros.

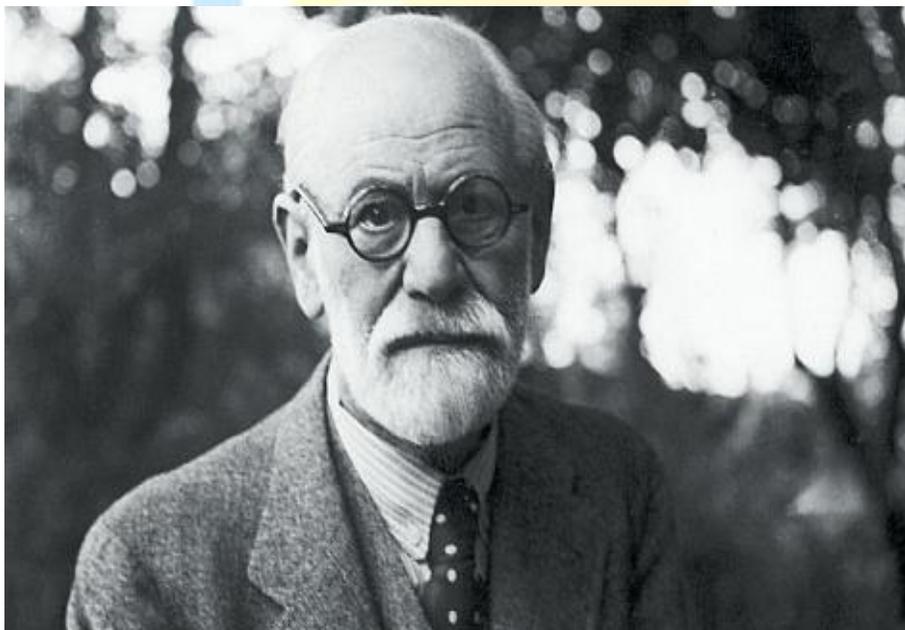
O BNDES é o maior banco de desenvolvimento do mundo, superando o Banco Mundial em volume de operações. Desde 2008, quando as sedes da Copa do Mundo no Brasil foram anunciadas, o BNDES desembolsou no total mais de R\$ 700 bilhões em financiamentos diversos. Trocando em miúdos, o investimento nos estádios representa muito pouco diante dos grandes números do banco, que poderia ousar bem mais para promover o desenvolvimento do futebol brasileiro enquanto atividade econômica relevante para o arranjo produtivo e para a identidade cultural brasileira. Um estudo da FGV mostra que a o total de aportes na Copa pode quintuplicar. Além dos recursos previstos na matriz, a competição deve injetar R\$ 112,79 bilhões na economia brasileira, movimentando o total de R\$ 142,39 bilhões adicionais entre 2010 e 2014, com a geração de 3,63 milhões de empregos por ano e R\$ 63,48 bilhões de renda para a população.

Ainda assim, é preciso enxergar o evento na perspectiva global da economia. A maioria das obras relacionadas à Copa são realmente essenciais para melhorar a infraestrutura do país. O Brasil é o país do futebol e já precisava de melhores estádios para desenvolver seu pleno potencial de geração de emprego e renda. O maior legado da Copa do Mundo para o Brasil seria mesmo uma profunda transformação no futebol brasileiro. Não é razoável colocar problemas nacionais crônicos na conta da Fifa.

PEDRO TRENGROUSE, 34, é consultor da ONU (Organização das Nações Unidas) na Copa e coordenador de projetos da Fundação Getulio Vargas. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

A língua de Freud e a nossa (GILSON IANNINI)

Leia o texto de apresentação do dossiê da edição 181, que trata dos problemas das traduções da obra de Freud no Brasil



COMPARADO ao restante do mundo ocidental, o Brasil está entre os países em que Freud é mais lido e em que a prática que ele fundou, a psicanálise, ainda goza de considerável prestígio em diversos campos da vida social. Curiosamente, durante décadas, a difusão de Freud entre nós deu-se através de traduções indiretas, quase exclusivamente através da célebre Edição Standard (Editora Imago). Como todos sabem, a edição de James Strachey é primorosa do ponto de vista editorial, contendo um invejável sistema de remissão interno e preciosas “notas do editor inglês”, mais tarde revisadas e incorporadas até mesmo à Edição de Estudos alemã. No entanto, do ponto de vista da tradução, a Standard Edition já apresentava diversos problemas e escolhas no mínimo duvidosas, algumas

delas devidas mais ao pulso forte de Ernest Jones do que às opções do próprio Strachey. No limite, a Standard visava aclimatar Freud para o público de língua inglesa, tornando-o mais objetivo, terminológico e abstrato do que realmente era no original, mais rico e polifônico. Na versão brasileira traduzida a partir da edição inglesa, tais problemas foram exponenciados a um limite extremo. A prosa freudiana, cujas qualidades literárias lhe renderam em 1930 o prêmio Goethe de literatura, havia submergido por debaixo de uma escrita árida, pretensamente científica. Tal estado de coisas, curiosamente, fomentou um intenso debate acerca da tradução de Freud, nos meios universitários e nas instituições psicanalíticas. Talvez não seja exagero dizer que esse debate acabou tendo um paradoxal efeito difusor, na medida em que atçou a curiosidade de pesquisadores de áreas diversas.

Exercícios de substituição

Quem frequentou cursos sobre Freud, acostumou-se desde as primeiras lições a estranhos exercícios de substituição. Os professores insistiam, às vezes com mais conhecimento de causa, às vezes com menos, que os jovens leitores deveriam substituir, durante a leitura, “instinto” por “pulsão”, “repressão” por “recalque”, “ego” por “eu”, “catexia” por “investimento”, para citar apenas os exemplos mais ilustres. Acostumados então a esse estranho procedimento de leitura, o debate acerca

da tradução ficou, por muito tempo, polarizado em questões meramente terminológicas, deixando à sombra diversos outros aspectos envolvidos na tarefa da tradução, relativos aos aspectos estilístico-literários, por exemplo.

Estes debates ganharam a cena pública no final da década de 1980, com as contribuições fundamentais de Paulo César de Souza e de Marilene Carone que foram publicadas na imprensa escrita. Carone chegou a qualificar a tradução brasileira de Freud como “selvagem”. Estudos minuciosos acerca dos descaminhos da tradução brasileira, tais trabalhos fomentaram o debate e nutriram por bastante tempo nossos anseios por um Freud traduzido diretamente do alemão. A discussão acerca dos usos freudianos da língua alemã e os desafios de sua tradução ganharam tratamento teórico sofisticadíssimo com a publicação, um pouco mais tarde, do *Dicionário comentado do alemão de Freud* de Luiz Alberto Hanns (Imago, 1996) e de *As palavras de Freud*, de Paulo César de Souza (Ática, 1999). Tudo indicava que o sonho de um Freud mais fidedigno estaria perto de se concretizar a partir de 2010, quando a obra de Freud entraria em domínio público.

A editora Imago, detentora dos direitos até então, adiantou-se e encomendou a Hanns, antes que a obra entrasse em domínio público, uma nova tradução, diga-se de passagem, extremamente criteriosa, preocupada em estabelecer redes semântico-conceituais capazes de tentar recriar a atmosfera do alemão de Freud. Foram publicados, desde então, apenas três volumes. Desde 2009, outro projeto de grande envergadura veio a lume: a Companhia das Letras lança, com tradução de Souza, uma coleção também de *Obras Completas* (planejada para 20 volumes). Mas a frustração da comunidade analítica foi proporcional à expectativa que ela nutriu. O promissor projeto de Hanns parece ter sido precocemente interrompido. Por seu turno, a tradução de Souza, embora com inigualável capacidade de recriação literária, que conferiu fluidez e elegância antes imperceptíveis ao leitor brasileiro, acabou prolongando o tão mal afamado exercício de leitura substitutiva.

Embora o tradutor tenha razão em dizer que termos técnicos que exigiriam do psicanalista o exercício de substituição mental sejam “em número bem menor do que geralmente se acredita”, ele parece não dar a devida importância ao fato de que tais esforços são exigidos justamente em alguns dos termos mais fundamentais, alguns dos quais receberam de Freud o estatuto de *Grundbegriffe*, isto é, de “conceitos fundamentais”, como é o caso de “*Trieb*”, vertido por Souza como “instinto”, ou “*Verdrängung*”, vertido como “repressão”, na contramão da prática da grande maioria dos psicanalistas, independente de suas filiações institucionais.

Obras completas, obras incompletas

Além desses dois projetos de “obras completas”, surgiram desde então novos modelos editoriais. Até mesmo porque o adjetivo “completa” carece de explicitação. Nenhum dos dois projetos acima mencionados inclui, por exemplo, textos seminiais como o estudo sobre as Afasias publicado por Freud em 1891. Isso porque a definição de critérios editoriais para a inclusão ou não de determinada carta, determinado texto “pré-psicanalítico” nunca é óbvio. Definir o que é psicanalítico, não-psicanalítico (textos exclusivamente neurológicos) ou pré-psicanalítico (textos escritos em vocabulário neurológico ou híbrido, mas com relevância metapsicológica) depende de como entendemos o que é a própria psicanálise.

Dentre projetos que não se definem como “obras completas”, temos até o momento o seguinte quadro: a L&PM lançou alguns volumes, com competente tradução de Renato Zwick, em formato de bolso e com preço mais acessível, privilegiando os assim chamados textos sociológicos e, mais recentemente, uma tradução de *A interpretação dos sonhos*; enquanto a Cosac Naify apostou no caminho inverso, lançando uma luxuosa edição de *Luto e melancolia*, com primorosa tradução e notas de Marilene Carone, acrescida de alentado aparato crítico, incluindo ensaios de importantes psicanalistas e escritores. A mesma editora promete ainda para 2014 a publicação das *Conferências introdutórias*, também com tradução de Marilene Carone, editadas por André Carone. Outro projeto de grande envergadura, previsto para ser lançado até setembro deste ano, intitula-se *Obras incompletas de Sigmund Freud*. Trata-se de uma edição temática coordenada por Pedro Heliodoro Tavares (Editora Autêntica).

O dossiê

Os textos reunidos neste dossiê pretendem mostrar diversos aspectos envolvidos na tarefa não apenas de traduzir, mas também de editar Freud. Foram convidados os principais tradutores atualmente envolvidos em projetos de tradução de Freud para o português. Por razões pessoais, Paulo César de Souza e Renato Zwick declinaram do convite.

Em seu instigante artigo “Psicanalistas à procura de um autor”, Pedro Heliodoro Tavares, autor de um importante estudo sobre as versões brasileiras de Freud (*Versões de Freud*, 7Letras, 2011), insiste na complexidade da tradução de Freud, na medida em que “do texto de Freud, se traduz também o substrato teórico que sustenta uma prática clínica amparada nas capacidades representacionais e transformadoras da palavra”. Para Tavares, o tradutor deve “escutar texto”.

Na mesma linha de argumentação, Luiz Alberto Hanns mostra, com incomparável precisão técnica, que, em Freud, semântica e teoria estão estreitamente ligadas. Ao analisar a escolha do termo “frustração” para traduzir “*Versagung*”, o autor mostra como um equívoco de tradução não é não apenas um problema terminológico ou semântico, mas também um equívoco teórico e, no limite, clínico. Hanns mostra como a tradução de “*Versagung*” por “impedimento” não muda apenas um vocábulo, mas toda uma maneira de entender o desencadeamento de uma neurose. Vale a pena acompanhar a por vezes árida, mas sempre fecunda análise proposta de autor.

André Carone examina as novas edições inglesas da obra de Freud, que se pautam por princípios inteiramente novos, a começar pelo descentramento do próprio trabalho de tradução. Ao convidar tradutores não especialistas em Freud, aspectos inauditos da escrita freudiana saltam aos olhos. Por exemplo, ao reconhecer que a histeria produz uma linguagem, a nova

tradução inglesa sublinha que essa linguagem se infiltra dentro do discurso sobre a histeria. Freud resolve impasses relativos à relação entre a generalidade do conceito e a irreducibilidade singular do caso através do estilo: "mais do que escrever *sobre* a histeria, ele soube torná-la presente em sua linguagem ao mobilizar palavras para atender as determinações da matéria que investiga".

O texto de Ernani Chaves faz um achado histórico importantíssimo. Através de um recurso à tradução francesa de um texto de Walter Benjamin em 1936, ele desmonta um dos argumentos mais comuns contra a tradução de "*Trieb*" por "pulsão". Enquanto parte dos críticos da solução difundida por Lacan aponta nela um grosseiro e desnecessário neologismo, Chaves mostra um precedente de peso que traduziu, muito antes de Lacan, o "*Trieb*" freudiano por "*pulsion*". Além disso, ele aponta a dimensão política em jogo numa tradução naturalizante, e, no limite, normativa, do psiquismo.

Clínica e tradução

Afinal, uma tradução nunca é neutra ou anódina. Como os textos aqui coligidos demonstram, há dimensões não apenas linguísticas (terminológicas, semânticas, estilísticas) envolvidas na tradução, mas também éticas, políticas, ideológicas, teóricas e, sobretudo, clínicas. O texto de Freud não é um texto literário, embora qualidades literárias não lhe faltem. Ele é antes um texto que embasa uma determinada prática. Uma prática que tem na atividade clínica sua principal destinação, seja ela realizada em consultórios particulares ou na rede pública, sem contar nas diversas práticas em que conceitos freudianos são operatórios, como na teoria social, na teoria literária, na estética, na filosofia, e em campos conexos, isso sem falar nas diversas práticas políticas emancipatórias que encontraram na psicanálise um forte aliado teórico. Neste sentido, escolhas terminológicas não são sem efeitos práticos. Representar o sofrimento humano e os tratamentos possíveis que podemos dar a ele não são tarefas indiferentes à maneira como falamos deles e como os tratamos conceitualmente.

Para tomar apenas o exemplo mais eloqüente, a escolha aparentemente neutra de "instinto" para traduzir "*Trieb*" não pode dissimular sua vinculação quase imediata a uma certa ideia de natureza, para dizer o mínimo, muito longe de ser operatória na prática clínica. É claro que, sendo um "conceito fundamental", seus principais componentes estão definidos no interior da própria metapsicologia. Freud define seu conteúdo com extremo cuidado. Mas mesmo conceitos fundamentais não comportam "definições rígidas", como afirma o próprio Freud em 1915. Afinal, parte de seu conteúdo é tomado de empréstimo, como que imposto de fora, tomado "daqui e dali", retirado de "diversas fontes": da própria língua e de suas diversas camadas de sentido sedimentado. Independentemente da louvável aspiração que alguém possa ter em alargar o campo semântico do termo "instinto", buscando explicitamente desvinculá-lo de certa fixidez, nada disso, todavia, pode resguardar o vocábulo das ressonâncias *normativas* contidas no léxico naturalista que o engloba.

Ainda mais no atual contexto político, em que as neurociências e afins se transformaram no fundamento científico da ideologia de supressão da subjetividade. Mas mesmo se nos ativermos ao terreno interno à psicanálise, é preciso insistir que representar teoricamente um inconsciente instintual, descrever a dinâmica instintual de determinado conflito psíquico ou analisar um episódio de agressividade instintiva não tem as mesmas consequências de pensar um inconsciente pulsional ou descrever uma dinâmica pulsional subjacente à gramática de determinado conflito ou tratar da irrupção de uma pulsão agressiva, por exemplo. Com efeito, uma das características mais marcantes da clínica freudiana é o caráter não-normativo de sua concepção de subjetividade, de sofrimento e tratamento possível. Foi essa diretriz ética da psicanálise que nutriu os diversos movimentos emancipatórios que nela se inspiraram e nela se nutrem cotidianamente.

No limite, o tratamento psicanalítico não deixa de ser uma estratégia de tradução, ou pelo menos não deixa de conter, em alguns de seus procedimentos mais corriqueiros e em alguns momentos cruciais, alguns elementos afins a estratégias tradutórias. A clínica lida com sofrimentos que nos imobilizam e que nos fixam em determinadas posições onde imperam o silêncio ou a incapacidade de falar adequadamente de nossos desejos e de nossas limitações. A oferta de um novo espaço de uso da palavra, não por acaso batizado por uma paciente de Freud como *talking cure*, é a oferta ao paciente da possibilidade de traduzir, de resignificar, de nomear ou mesmo de transcriber seu sofrimento miserável, seu gozo mórbido e suas repetições infinitas em um discurso menos mortífero.

Quando o poeta Rainer Maria Rilke lamentava que a beleza da natureza em uma tarde de verão estava prestes a desaparecer graças aos rigores do outono e do inverno, Freud opôs-se a ele e mostrou-lhe que o caráter transitório da beleza apenas aumenta seu valor. Quer mostrar ao poeta que a fragilidade e a precariedade de nossas conquistas pessoais e culturais também não devem diminuir a estima que temos por elas. A teoria freudiana do luto ensina que apenas renunciando a tudo que perdeu é que a libido pode ser ligada a novos objetos. Algo dessa ordem ocorre no curso de uma análise. O tratamento analítico, longe de prometer a eliminação do inelutável mal-estar e longe de prometer a felicidade (aliás, mais um nome contemporâneo por onde a normatividade social se insinua em nossos corpos e nossas vidas), abre ao sujeito um certo saber-fazer com seu sintoma. Um trabalho de tradução? Por tudo isso, talvez não seja exagerado dizer que o Brasil ainda espera uma tradução que nos permita realizar o tão desejado, e o não menos adiado, "retorno a Freud".

GILSON IANNINI é psicanalista, doutor em filosofia e professor da UFOP, autor de *Estilo e verdade em Jacques Lacan* (Autêntica). **Revista CULT, Julho de 2013.**

Governo quer armazenamento dos dados em território nacional (TATIANA DE MELLO DIAS)

Alteração no Marco Civil obrigaria corporações a armazenar dados no País; medida, porém, poderia afetar a atuação de empresas de tecnologia do Brasil



Servidor do Google em Oklahoma, nos EUA (foto: divulgação)

ONDE ficam hospedados seus dados pessoais e informações que você posta na internet? Na teoria, na nuvem. Na prática, isso significa que eles estão armazenados de forma fragmentada por vários servidores espalhados pelo mundo.

Mas o governo brasileiro pode mudar isso: uma proposta apresentada nesta semana quer obrigar empresas que fornecem serviços online no Brasil utilizem servidores em território nacional. Trocando em miúdos: empresas como o Google e o Facebook teriam de hospedar seus servidores aqui - ou poderiam ter de interromper suas atividades no Brasil. E outras empresas grandes e startups, que usam servidores terceirizados de fora do País, teriam de optar por hospedagem nacional.

A proposta - uma alteração no texto do Marco Civil da Internet, projeto de lei que define direitos e responsabilidades dos usuários e das empresas de internet - foi feita pelo governo após as denúncias de espionagem do governo americano sobre o Brasil. Segundo documentos vazados por Edward Snowden, ex-funcionário da CIA, os EUA espionavam sistematicamente cidadãos brasileiros através do Prism, programa de monitoramento eletrônico que tinha colaboração de empresas como Google, Microsoft e Facebook.

Segundo a ministra das Relações Institucionais do Brasil, Ideli Salvatti, a alteração que propõe a obrigatoriedade de se armazenar dados no País é "uma das mais importantes" no texto do Marco Civil. "Os dados precisam ser armazenados no Brasil e não em outro país, sem controle da nação brasileira", disse Ideli. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, fala em "replicar os servidores" no Brasil. "Estabelecer uma política e dar um prazo para que os grandes datacenters sejam replicados aqui dá condições de exigir o cumprimento da legislação que protege a privacidade dos cidadãos", declarou.

Segundo fontes ouvidas pela GALILEU, se aprovada, a proposta pode forçar a retirada de empresas como Facebook e Google do País - além de ser tecnicamente difícil de ser implementada, já que a lógica da distribuição de conteúdo na

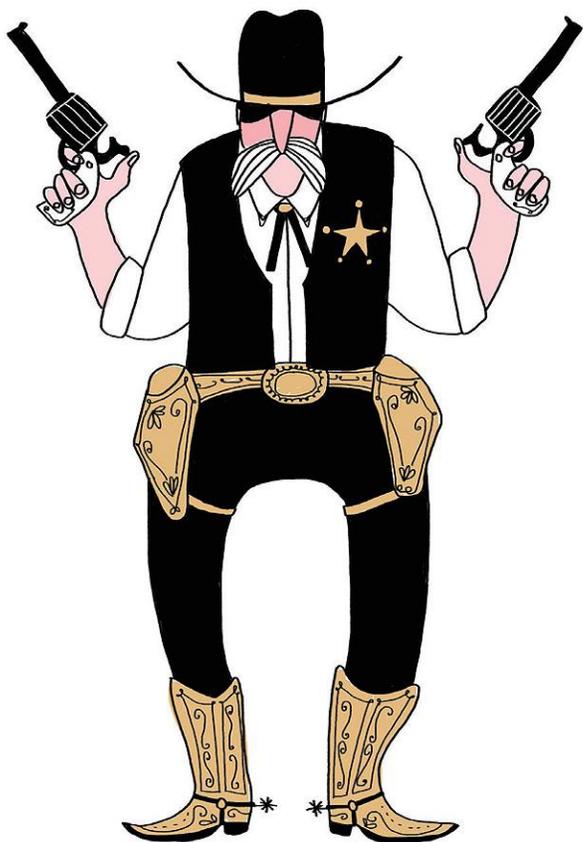
nuvem é descentralizada e fragmentada. Os dados de pessoas do Japão, por exemplo, não estão necessariamente hospedados em servidores no Japão. Os documentos vazados por Snowden mostram que o Prism coletaria dados diretamente nos servidores das empresas, mas também na infraestrutura física da rede, como cabos.

O escândalo de espionagem fez o governo acelerar a articulação para votar o Marco Civil. O projeto de lei está sendo discutido pela sociedade civil desde 2010. Após dois anos de consultas, o Marco Civil chegou à Câmara dos Deputados em 2012 - mas teve sete tentativas de votação frustradas porque não houve consenso sobre pontos polêmicos.

O líder do PT na Câmara, deputado José Guimarães, afirmou que os parlamentares devem votar o projeto até a terça-feira, 18. "Temos de dar uma resposta dura, uma manifestação de repúdio do Congresso ao que está acontecendo. O que está em jogo é a nossa soberania, e não podemos vacilar", declarou.

TATIANA DE MELLO DIAS é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista GALILEU, Julho de 2013.**

A razão para o Brasil acolher Snowden (MARK WEISBROT)



A REVELAÇÃO de que o Brasil foi o maior alvo da espionagem cometida pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) no hemisfério fora a população do próprio país não deve constituir surpresa. Para o establishment da política externa norte-americana, o Brasil é simplesmente mais um sul-americano com governo de esquerda que ele não quer - apenas maior.

É verdade que o NSA vem espionando em grande escala os governos ainda mais legais e até servilmente obedientes da União Europeia - parte disso teria sido feito com finalidades comerciais. Mas os interesses de Washington no Brasil são diferentes, e ninguém deve se deixar enganar por gestos de cortesia como a visita de Estado que a presidente Dilma fará aos Estados Unidos em outubro. Uma parte da elite brasileira quer acreditar que Washington vê o Brasil sob ótica diferente daquela com que enxerga seus vizinhos com governos de esquerda, como Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia ou Uruguai, e que, se o Brasil se distanciasse desses países, receberia tratamento diferenciado.

É uma fantasia. Especialmente desde que Lula foi eleito, em 2002, e começou a seguir uma política externa independente, o Brasil vem sendo um obstáculo à estratégia americana de "voltar para trás", ao estilo da Guerra Fria. Dou seja, a restauração de sua supremacia no "quintal" dos Estados Unidos. Embora em fóruns como a Organização Mundial do Comércio, os Estados Unidos tenham uma política comercial externa movida por interesses corporativos privados, suas relações exteriores como um todo são definidas principalmente pela meta de reforçar e preservar seu império.

Por essa razão, o mais importante objetivo de Washington é que todos os países se aliem à sua política externa. Nos anos recentes, os EUA apoiaram a derrubada de governos democraticamente eleitos na

Venezuela, o fizeram com sucesso em Honduras e no Paraguai e até mesmo no empobrecido Haiti, não devido a interesses comerciais, mas porque queriam ver instalados comandos alinhados com sua estratégia global para a região. É animador ver senadores do PT e também de partidos opositores pedindo que o Brasil conceda asilo a Edward Snowden, o heroico delator que forneceu essas informações vitais ao Brasil e ao mundo.

Como já declarou a Anistia Internacional, o governo norte-americano comete "violações evidentes dos direitos humanos" de Snowden ao procurar impedi-lo de buscar asilo. Venezuela, Bolívia e Nicarágua demonstraram princípios e coragem ao oferecer asilo a Snowden, e o Brasil deveria fazer o mesmo. Nenhum desses países quer iniciar uma briga com os Estados Unidos, e se o Brasil unir-se a eles, o enfrentamento se tornará menos provável: os EUA recuaram rapidamente das ameaças que fizeram à China e à Rússia depois de esses países ignorarem os pedidos de extradição feitos por Washington.

Esperemos que o governo concretize seus planos de investigar a violação dos direitos de seus próprios cidadãos. Agora talvez também seja um bom momento para investigar os esforços feitos dentro do Brasil pelo governo americano, em 2005, para enfraquecer o Partido dos Trabalhadores - esforços revelados em documentos do governo americano e divulgados por este jornal. O governo norte-americano comete toda essa espionagem ilegal para que possa utilizar contra seus adversários as informações que colhe. Esses "adversários" normalmente são cidadãos comuns e suas organizações --tanto em casa quanto no exterior.

É positivo, também, o fato de Dilma ter expressado sua solidariedade à Bolívia no caso da ultrajante violação da soberania desse país cometida por potências europeias que, atuando como capangas de Washington, desviaram o avião do presidente Evo Morales. A solidariedade entre os governos independentes na região é a única maneira de se preservar essa independência.

MARK WEISBROT, 58, é codiretor do Centro de Pesquisas Econômicas e Políticas, em Washington, e presidente da Just Foreign Policy. Tradução de **CLARA ALLAIN**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

12 Pontos para você entender o sistema de voto distrital (VICTOR LISBOA)

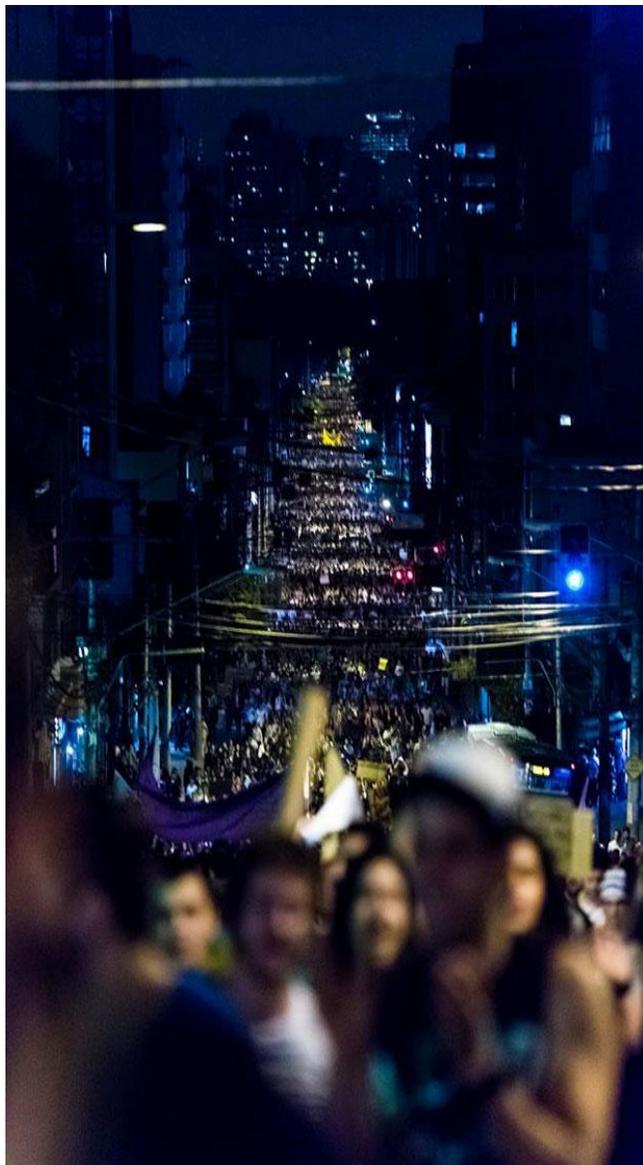
Primeiro Ponto – Do jeito que tá, não dá



“Quem aqui foi eleito, mas quase não foi votado e entrou no vácuo de outro deputado, favor levantar a mão”

NAS últimas semanas, manifestações que nasceram da articulação à esquerda acabaram ganhando a adesão de multidões compostas por representantes de todo o espectro político brasileiro, inclusive do pessoal da extrema direita e daquela turma que grita “Anauê” com o braço esticado. Foi desse jeito meio confuso que aportou, no Brasil, o Cisne Negro de Taleb, surpresa que deixou partidários de esquerda e de direita um bocado perdidos em suas tentativas de, pela retórica ou pela manipulação midiática, apropriarem-se de tal fenômeno. Nessa diversidade de orientações políticas, poucos pontos em comum podem ser encontrados nas multidões que ocupam ruas e avenidas. Apenas uma coisa parece ser consensual: algo precisa ser mudado. Do jeito que está, não dá mais. **Mas mudar o que, exatamente?** Destruir tudo parece coisa de criança. Na verdade, o que a História nos ensinou é que, muitas vezes, pequenas e discretas mudanças podem ser muito mais efetivas do que radicais e repentinas transformações. Que nos diga a maquininha de Gutenberg. É preciso pensar muito bem antes de dar os primeiros passos, pois a direção a ser tomada é, às vezes, muito mais importante que a velocidade da mudança. No começo de qualquer caminhada, uma pequena alteração na trajetória inicial pode, anos mais tarde, representar uma gigantesca diferença no destino final.

Segundo ponto – Estamos sozinhos nessa história



Estamos sozinhos, mas não solitários (Foto: Guilherme Burgos)

Foi aí que o pessoal que está no poder há mais tempo do que seria desejável para o fortalecimento de uma democracia jovem (independentemente dos méritos e deméritos de tais governantes) colocou em pauta a possibilidade de uma reforma política no Brasil.

Sejam boas ou más as intenções por trás dessa proposta, ocorra ou não um plebiscito ou um referendo, o fato é que os holofotes finalmente se voltam para um assunto fundamental: o sistema eleitoral que nós, cidadãos, desejamos.

Quanto a esse ponto, independentemente de nossas inclinações ideológicas, se de direita ou esquerda, um fato devemos ter sempre em mente: as últimas pessoas que devemos consultar sobre esse assunto são os próprios congressistas. E porque isso? Porque eles são maus? Porque são ladrões? A resposta é muito mais simples e inclui congressistas honestos e corruptos: **porque eles foram eleitos pelo sistema que está aí** (e muitos deles diversas vezes reeleitos).

Portanto, esperar que os atuais congressistas nos esclareçam a questão com honestidade, ou que decidam espontaneamente alterar o sistema político que os beneficiou, é o mesmo que esperar que o vencedor de uma partida altere as regras de um jogo no qual ele já se tornou craque. É o mesmo, enfim, que incumbir a raposa de projetar um novo sistema de defesa para a proteção do nosso galinheiro.

Então, sinto muito: nós, cidadãos, estamos totalmente sozinhos nessa história. Precisamos descobrir por nós próprios qual o sistema político que nos convêm e, feita essa descoberta, exigir dos atuais congressistas a mudança desejada. Força já percebemos que não nos falta.

Este texto pretende colaborar e abrir um pouco mais de espaço para a discussão sobre nosso sistema político. E começamos com uma pergunta. **O que é, afinal, voto distrital?** A melhor forma de começar a responder é explicando como funciona o sistema atual.

Terceiro ponto – O que é o Sistema Proporcional



O deputado federal Tirica (PR), nas eleições de 2010, teve a maior votação do Brasil e "puxou" mais três candidatos que, sozinhos, não seriam eleitos

O sistema proporcional é, hoje em dia, o sistema pelo qual elegemos Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores. Por ser o de mais fácil compreensão, vamos usar, como exemplo, a eleição de Deputados Federais.

Hoje, o eleitor vota em qualquer candidato de qualquer partido que concorra em seu Estado. O morador de Cacimbaúna do Sul pode votar em Aldegundo Percegonha, garboso candidato do Partido Urbanista, cuja carreira política esteve sempre vinculada a outra cidade, situada no extremo oposto do mesmo Estado. As razões para alguém votar em um sujeito, assim, tão distante

de sua própria comunidade, podem ser várias: Aldegundo Percegonha pode ser bonito, ou um grande artista, ou ter um bom discurso, ou ser um craque no futebol, e por aí vai. No sistema proporcional, além disso, votar em um candidato significa votar, indiretamente, no partido do candidato (o tal "voto na legenda"). E isso acaba beneficiando outros candidatos desse partido, ainda que o eleitor não conheça nenhum deles e apenas queira votar no Aldegundo Percegonha, um cara simpático. Vamos explicar mais adiante como isso funciona, mas já tenha isso em mente agora.

Quarto ponto – A herança do vovô Getúlio para seus netinhos



"Pô... de nada"

No Brasil, esse sistema proporcional começou a ser montado a partir 1932, momento da ascensão de Getúlio Vargas ao poder. E foi montado com um objetivo claro. Nas palavras de Fábio Comparato, **a intenção era criar um sistema eleitoral "duplamente fraco"**, tanto "pela ampla liberdade de criação de partidos" como "pela introdução de voto em candidatos individuais, e não em partidos" (em *A Necessária Reformulação do Sistema Eleitoral Brasileiro*, ed. Del Rey, 1996). Todo mundo sabe o que aconteceu depois: Estado Novo, totalitarismo, repressão.

Trata-se de um sistema que, aparentemente, possibilita que pequenos partidos tenham acesso ao poder. Porém, a consequência prática é pulverizar a representação dos interesses da população em inúmeros partidos. Dividir para conquistar, uma técnica utilizada por Getúlio Vargas com muito sucesso, e que os militares empregaram décadas mais tarde, durante a Ditadura Militar, pouco antes de saírem do poder — para tentar conter o avanço dos opositores ao regime.

E o resultado é o que vemos hoje no Brasil: um excessivo número de partidos, exigindo que os governantes costurem sua base parlamentar com a agulha dos favorecimentos pessoais, distribuindo cargos entre várias legendas para, através de acordos e apadrinhamentos, alinhar o apoio do Poder Legislativo. Além disso, o sistema proporcional faz com que os holofotes da campanha eleitoral estejam voltados para a pessoa de cada candidato, e não para o

programa do partido, já que o eleitor pode escolher entre dezenas de candidatos de diversos partidos atuantes em todo seu estado, e isso abre demais o leque de opções.

Como diferenciar vários candidatos de um mesmo partido, senão ressaltando suas diferenças individuais, em detrimento do programa partidário? Essa é uma das causas daquele problema diagnosticado com precisão pelo Ministro Joaquim Barbosa, gostemos ou não das outras posturas do Ministro:

"Nós temos partidos de mentirinha. Nós não nos identificamos com os partidos que nos representam no Congresso, a não ser em casos excepcionais. Eu diria que o grosso dos brasileiros não vê consistência ideológica e programática em nenhum dos partidos. E nem pouco seus partidos e os seus líderes partidários têm interesse em ter consistência programática ou ideológica. Querem o poder pelo poder."

Quinto ponto – Ganha um montão de votos e não se elege? Senta e chora



Em 2002, por exemplo, Enéas Carneiro conquistou 1,5 milhão de votos na eleição para deputado federal em São Paulo e levou para a Câmara outros quatro deputados do Prona. O último eleito do Prona naquela ocasião recebeu 382 votos

Algo muito curioso é que, no sistema proporcional, não basta um candidato obter determinado número de votos para que se consagre vencedor. É necessário mais. É preciso que seu partido, no somatório de todos os votos dados a seus candidatos, tenha recebido um determinado número mínimo de votos. Esse número mínimo de votos é conhecido como quociente eleitoral, e é obtido por meio de uma fórmula matemática aplicada a cada eleição, na qual se incluem o número de votos válidos e o número de vagas a serem preenchidas.

Mas deixemos os cálculos de lado. O que importa é que, se um partido não atingir esse "quociente eleitoral", nem

mesmo seu candidato mais bem votado poderá ser eleito, ainda que esse candidato tenha conseguido um grande número de votos, inclusive superior ao de um rival cujo partido tenha, em sua totalidade, conseguido atingir aquele número mínimo de votos. Essa é razão de partidos costumarem colocar como candidatos de sua legenda até mesmo pessoas sem chances concretas de vitória: o objetivo é arrebanhar, com pequenos candidatos, aquele número mínimo de votos que garantirá a efetiva eleição dos "candidatos com reais chances de vencer". Afinal, se a dona da confeitaria da esquina de nossa for candidata, a gente acaba votando nele mesmo sabendo que não tem chances, porque ela é simpática e ainda faz um bolo de baba-de-moça que é uma delícia.

Sexto ponto – O "Efeito Barrichello" ou "Florentina de Jesus pra que tu me seduz"

Cheguei! Onde é o protesto?



Não, não esse efeito

Já dissemos que, quando o eleitor de Cacimbaúna do Sul vota em Aldegundo Percegonha, ele acaba, querendo ou não, também votando no Partido Urbanista, voto esse que beneficiará outros candidatos da legenda. É como se outros candidatos viessem atrás daquele com maior número de votos e aproveitassem o "vácuo" para vencer a resistência do ar. Tipo "Fórmula 1", tá ligado?

Em resumo, o que o TSE faz a cada eleição é calcular, com base no quociente eleitoral, o número de vagas a ser distribuída para cada partido que "venceu" a barreira representada por esse mesmo quociente eleitoral. Basicamente, divide-se o número total de votos dados a um partido por aquele número mínimo de votos necessários para eleger um deputado, e o resultado da divisão é o total de vagas destinado a esse partido.

Em outras palavras, **cada vez que o número total de votos em um partido "bate" o "quociente eleitoral", sua legenda tem direito a mais uma vaga.** O número de vagas resultante é o "quociente partidário", diferente para cada partido em uma eleição.

Com esse número de vagas nas mãos, cada partido deverá preencher as vagas a quem tem direito com seus candidatos, e isso na ordem decrescente de número de votos recebidos pelos candidatos de sua legenda. É essa

característica do sistema proporcional que explica, por exemplo, fenômenos curiosos como o caso do Delegado Protógenes e de outros dois candidatos que, em 2010, receberam um número pouco expressivo de votos mas, apesar disso, foram eleitos Deputados Federais por São Paulo.

Apesar de seu desempenho sofrível nas urnas, ingressaram na Câmara dos Deputados pela simples razão de que outro candidato de sua legenda, o Tiririca, ganhou tantos votos que, pelo cálculo do TSE, o partido tinha direito não só a uma vaga (a do Tiririca) mas a outras tantas vagas, que foram preenchidas por candidatos sem muito apoio dos eleitores.

Sétimo ponto – Ganhou só um voto, loser? Epa, parabéns Deputado!



Veja o caso do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP). Ele obteve em 2010 nada menos que 211 mil votos. Não atingiu o quociente eleitoral daquela eleição, que em São Paulo foi de 305 mil votos. Portanto, veio "puxado", como se diz no jargão eleitoral * (*de acordo com a Revista Voto).

Outra curiosidade desse sistema é que, por sua lógica, é possível que um candidato seja eleito apesar de ter recebido apenas um voto: o seu — ou, se for esquizofrênico, o de sua mãe. Isso pode ocorrer se a legenda tiver poucos candidatos, como é típico de partidos "nanicos", mas um deles for, por exemplo, alguma celebridade capaz de atrair milhões de votos. Esses milhões de votos, digamos para simplificar, "sobram" e, no cálculo com base no

quociente eleitoral, acabam garantido vagas para outros candidatos do partido, respeitada a ordem em que foram votados. É na verdade o tal quociente partidário. Se esse partido tiver poucos candidatos alistados na eleição, o último deles na ordem de votação, aquele que recebeu apenas um voto, acabará recebendo uma das vagas reservadas ao partido.

Oitavo ponto – Sistema Distrital puro não é coisa de nazista nem de virgem



“Votaê, molecada”

O sistema distrital tem uma lógica diferente. Nele, **o eleitor não pode votar em qualquer candidato que concorra a deputado em seu Estado**, mas apenas nos candidatos inscritos pelos partidos em seu “distrito”. Distrito, por sua vez, é uma subdivisão do Estado, que pode ser maior, menor ou do tamanho de um município, a depender de como será feita a divisão.

Outra diferença em relação ao sistema proporcional é que, no sistema distrital, cada partido só pode apresentar um candidato por distrito. Os vencedores da eleição são, simplesmente, aqueles candidatos que mais receberam votos em cada um dos distritos nos quais é dividido o Estado. Portanto, **cada distrito elege um candidato, e esse candidato é o único que representou,**

no distrito, o seu partido. Isso significa que, durante o mandato legislativo, todos os eleitores de determinado distrito sabem exatamente qual o candidato foi eleito por sua região. Ele tem nome, endereço e cara facilmente identificáveis por esses eleitores (mesmo pelos que votaram em outro candidato), e todos eles podem acompanhar sua atuação política de perto.

Além disso, há estreita associação entre o partido e o candidato: o distrito elegeu não apenas um indivíduo, mas apoiou determinado partido por ele representado. Em razão disso, pode ocorrer uma situação interessante. O João da Silva acorda, passa na padaria e fala para o padeiro: “viu o que o bosta do teu candidato fez naquela votação do Congresso? Na próxima eleição, a gente tem que escolher outro partido”.

Nono Ponto – Palhaços e representantes sectários têm poucas chances



“Mas aí cê me complica”

É comum, no sistema proporcional, que determinadas classes profissionais elejam seu “representante” no Congresso. Afinal, o somatório dos votos desses profissionais espalhados pelo Estado pode garantir uma vaga para seu “colega”. O mesmo pode ser dito em relação a alguma celebridade da mídia, cujos fãs, distribuídos no estado, formam o caminhão de votos necessários para chegar-se ao poder.

Uma das vantagens do sistema distrital é que **fica muito mais difícil a eleição de candidatos apoiados por “grupos de interesses sectários” ou por fãs daquela celebridade engraadinha que aparece na televisão.** A razão é que esses eleitores estão, de regra, distribuídos por todo o Estado, mas não teriam força em um distrito específico, composto pelos moradores de alguns bairros ou municípios. Outra vantagem é eliminar aquela situação estranha, em que um candidato com pouquíssimos votos acaba sendo eleito por causa de um outro candidato de maior expressão.

Décimo ponto – Pureza demais é para aquela nossa tia beata e solteirona



“Lá em cima”, ou se vota em um (partido) ou no outro

Mas nem tudo são flores. Esse sistema, se aplicado de forma simples assim, pode resultar em alguns problemas. **Um deles é a possibilidade de um partido obter mais da metade das vagas de deputado**, embora tenha obtido menos da metade do total de votos no Estado inteiro — ou seja, suas posições predominarão no Congresso, apesar de não ter o apoio da maioria da população. A causa disso é simples. Tenha em mente que, em cidades maiores, mais populosas, um pequeno partido pode receber muitos votos se considerado o total de votos do Estado (nessa perspectiva, muitos eleitores do Estado votaram no partido), mas poucos votos se considerarmos os votos dados a outros candidatos naquela grande cidade (em tal perspectiva, poucos eleitores na

cidade votaram no partido).

E, afinal de contas, apenas o candidato mais bem votado no distrito é que leva a vaga, não importando o quão expressivo foi o número de votantes no segundo ou terceiro candidato. Outro problema é a dificuldade de partidos minoritários ascenderem ao poder, pois um partido que tenha uma quantidade significativa de votos em todo Estado pode não conseguir, em nenhum distrito, votos suficientes para eleger sequer um candidato. A lógica é a mesma do problema anterior: a soma dos votos geral no Estado foi grande, mas em cada distrito não foi o bastante para dar o primeiro lugar ao seu candidato. Na verdade, essa é uma das razões pelas quais se acredita que sistemas distritais acabam eliminando os pequenos partidos, que morrem “secos”, e dando origem a sistemas bipartidários, como o que ocorre nos Estados Unidos, em que há apenas dois grandes partidos.

Décimo primeiro ponto – O que é o voto distrital “misto”

Veja o vídeo: <http://vimeo.com/48444489#>

É para corrigir essas distorções que existe o sistema distrital que não é “puro”, ou seja, o sistema distrital em que os candidatos não são eleitos apenas pela maioria dos votos em cada distrito. É o sistema dito “misto”, **pois mistura esse tipo de escolha do candidatos em distritos com outro tipo de escolha, feita não em candidatos, mas em partidos**. Só que, diferente do sistema proporcional, o voto no partido é em separado, e não vinculado ao nome do candidato distrital.

Basicamente, ao votar para Deputado Federal, **no sistema misto, o eleitor tem que votar duas vezes**. O primeiro voto será em um candidato de seu distrito, o segundo será em um partido. No final das eleições, há duas espécies de vaga: aquelas destinadas aos vencedores em cada distrito, e outra destinada aos partidos que mais receberam voto em sua legenda. Mesmo se o partido não tiver obtido, em cada distrito, votos em número suficiente para eleger seus candidatos distritais, talvez consiga, no cômputo total dos votos feitos em sua legenda no Estado, algumas vagas no Congresso.

E como as vagas destinadas a esses votos dados aos partidos são preenchidas? Uma alternativa é deixar que o partido que ganhou a vaga decida livremente quem vai ocupá-la (“sistema da lista fechada”). Outra alternativa é deixar que os eleitores estabeleçam, na eleição mesmo, quais dos candidatos merecem ocupar essa vaga reservada (“sistema da lista aberta”). Uma terceira alternativa é a mistura das duas primeiras: os eleitores, em seu voto, limitam as escolhas dos partidos a uma lista de candidatos (“sistema da lista flexível”).

O sistema distrital misto (e, principalmente, aquele da lista aberta), portanto, busca eliminar as desvantagens dos dois sistemas eleitorais, ao mesmo tempo em que apresenta as vantagens do sistema distrital.

Décimo segundo – Não gostou? Assiste na TV os outros mandarem por você



“Muito complexo isso, cara! Democracia exige demais, pensei que era mais fácil. Achei que era só apertar uns botões e pronto (ou, no futuro, curtir um candidato no Facebook). Não tenho saco para pensar em partidos, eleições, essa coisa toda. No final das contas, são todos uns ladrões, né? Dizer que vou votar nulo porque são todos ladrões me livra de decidir algo e, ainda por cima, me faz parecer inteligente, um cara tão entendido de política que ficou cético. Se, no vácuo da minha indiferença ou preguiça, surgir um líder autoritário levado ao poder pelos outros, não vou ter direito de reclamar – mas, pelo menos, vai dar para posar de entendido e dizer ‘eu avisei’.”

Pois é meu amigo. A democracia é complicada, tão complicada quanto mandar no seu próprio nariz, pagar suas contas, decidir a cada dia os rumos de seu futuro pessoal e profissional. Mas se você acha que é melhor fazer como o cara de cinquenta

anos que ainda mora com os pais, recebe mesada da aposentadoria do velho papai e deixa a mamãe de cabelos brancos arrumar a cama todas as manhãs, por mim tudo bem: cada um tem sua concepção sobre o que é ser feliz.

VICTOR LISBOA tem forma de vida baseada em cafeína. Organismo multicelular deformado pelo Direito, mas desconformado pelo que há de torto na literatura, música e cinema. Primata. Do contra. Fescenino. Escreve esporadicamente para este site. **Magazine PAPO DE HOMEM** (<http://papodehomem.com.br>), **Julho de 2013.**

Mais médicos (DRAUZIO VARELLA)

A SAÚDE no Brasil padece de dois grandes males: falta de dinheiro e gerenciamento incompetente. Impossível levar a sério qualquer projeto que não enfrente ao mesmo tempo esses dois desafios. Investir apenas na organização é tão insuficiente quanto alocar mais recursos para um sistema perdulário, contaminado pela corrupção e por interesses políticos da pior espécie.

Há anos gravo programas de educação em saúde pelo interior do Brasil e na periferia das cidades maiores. Nessas andanças, aprendi que o Programa Saúde da Família (PSF) foi um grande avanço para o atendimento dos mais necessitados. Por meio do PSF, iniciado em 1994, equipes formadas por médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários acompanham até 4.000 pessoas distribuídas em áreas geográficas delimitadas. Seus objetivos são a "promoção, prevenção, recuperação, reabilitação e manutenção da saúde da comunidade."

Mais de 30 mil equipes, que contam com pelo menos 250 mil agentes comunitários, estão espalhadas pelo país. Aos olhos do visitante é notável a diferença das condições de saúde das populações que contam com elas. Estudo conjunto das Universidades de São Paulo e de Nova York mostrou que para cada 10% de aumento da população assistida, a mortalidade infantil cai 4,6%.

Pois bem, esse programa de sucesso precisa de médicos nem sempre fáceis de atrair, mesmo com salários mais altos. Precisa também de enfermeiras, dentistas e de técnicos qualificados, mas vamos nos deter na parte médica. Médicos forçados a passar dois anos nessas equipes antes de receber a autorização definitiva para clinicar podem dar impulso considerável em busca da universalização do programa. Se a Constituição permitir que o Estado obrigue alguém a trabalhar em local que não deseja, acho que os recém-formados poderão se beneficiar da experiência: aprenderão a exercer uma medicina que não é ensinada nas faculdades, conhecerão melhor as grandezas do país e a realidade perversa que condena à miséria, que governantes ufanistas insistem em proclamar extinta.

Essa medicina de pés descalços, no entanto, é incapaz de resolver problemas mais complexos. Estes dependem de profissionais motivados, com carreiras no serviço público bem estruturadas, unidades de saúde aparelhadas, hospitais equipados e administrados sem corrupção ou ingerências políticas. Na Constituição de 1988, declaramos que saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Nenhum país com mais de 100 milhões de habitantes teve a ousadia de fixar meta tão pretensiosa. Infelizmente, os constituintes levantaram da mesa sem indagar quem pagaria a conta.

Passados 25 anos, constatamos que 56% do investimento em saúde vêm da iniciativa privada, para cobrir os gastos dos 48 milhões de brasileiros com mais recursos. Aos 150 milhões que dependem do governo cabe menos da metade do bolo. Como consequência, esses 48 milhões de usuários dos planos de saúde têm à disposição quatro vezes mais médicos do que os 150 milhões atendidos pelo SUS. Tal distorção acontece por uma razão óbvia: o médico procura estar no mercado que oferece salários mais altos e melhores condições de trabalho. Num sistema capitalista como o nosso, não são essas as expectativas de advogados, engenheiros, lixeiros, metalúrgicos e agricultores?

Apregoar como um grande salto na qualidade do atendimento à população a medida de obrigar recém-formados a prestar serviços em localidades desprovidas da infraestrutura mais elementar é simplificação demagógica. Sem equipes treinadas, laboratórios de análises, imagens, centros cirúrgicos, acesso a medicamentos e a hospitais de referência para encaminhar os casos mais graves não se faz assistência médica digna desse nome.

Os especialistas calculam que no Brasil falem 70 mil leitos hospitalares. Estamos vergonhosamente despreparados para atender à demanda das enfermidades responsáveis pela maioria dos óbitos: ataques cardíacos, câncer, diabetes, obesidade, derrames cerebrais, acidentes de trânsito, tabagismo, doenças pulmonares. Atribuir a responsabilidade pelo descaso com o SUS à simples falta de médicos é jogar areia nos olhos do povo descontente.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**



Lucas Rocha